

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO PC/PE

P R O V A O 1

Este é um simulado cuidadosamente preparado, com questões selecionadas especificamente com base nos critérios relevantes para sua preparação.

Cada questão foi escolhida criteriosamente. Esteja pronto para testar seus conhecimentos de forma direcionada e otimizada.

O simulado inclui questões cuidadosamente selecionadas a partir de provas anteriores de concursos, e a propriedade intelectual de cada questão pertence à sua respectiva banca examinadora.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-PROVA OBJETIVA-

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Suponha que determinado canal na internet esteja divulgando a história de um crime que tenha ocorrido, em município brasileiro, há mais de 50 anos. Suponha, ainda, que a informação acerca desse fato verídico tenha sido licitamente obtida e divulgada e que o condenado pelo crime ajuíze ação na qual solicite a suspensão da divulgação do fato, alegando ter direito constitucional ao esquecimento. Nessa situação, a referida alegação é

- A) procedente, pois o referido direito embasa-se na proteção da honra individual.
- B) improcedente, pois a ideia de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.
- C) procedente, visto que o referido direito justifica-se pela proteção da imagem da pessoa.
- D) procedente, dado o princípio da inviolabilidade da privacidade humana.
- E) improcedente, visto que os parâmetros constitucionais não incluem a proteção da personalidade em geral.

Questão 2

Suponha que, em determinada operação policial, entenda ser necessária a entrada forçada em domicílio de determinada pessoa, com a realização de busca e apreensão, no período noturno, sem mandado judicial, por supostamente estar ocorrendo situação de flagrante delito. Nessa situação, as razões para a entrada domiciliar devem ser justificadas

- A) *a posteriori*, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.
- B) *a posteriori*, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, e os atos praticados serão considerados nulos.
- C) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, os atos praticados serão considerados nulos, e a autoridade policial deverá responder disciplinarmente, mas não na esfera civil ou penal.
- D) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, a autoridade policial deverá responder civil e penalmente, ainda que os atos praticados sejam considerados válidos.
- E) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

Questão 3

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- A) João, Sandro e Jaqueline.
- B) João e Jaqueline, somente.
- C) Jaqueline, somente.
- D) Sandro e Jaqueline, somente.
- E) João, somente.

Questão 4

Suponha que Alan e Valério tenham sido condenados criminalmente e as respectivas sentenças tenham assim transitado em julgado: Alan sentenciado a pena privativa de liberdade, e Valério, a pena restritiva de direito. Nessa situação, em relação aos direitos políticos,

- A) Alan os perderá por cassação, e os de Valério serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- B) Valério os perderá por cassação, e os de Alan serão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.
- C) Alan e Valério os perderão por cassação.
- D) Alan e Valério permanecerão a exercê-los.
- E) Alan e Valério os terão suspensos enquanto durarem os efeitos da condenação.

Questão 5

A respeito dos estados-membros da Federação brasileira, assinale a opção correta.

- A) Denomina-se cisão o processo em que dois ou mais estados se unem geograficamente, formando um terceiro e novo estado, distinto dos estados anteriores, que perdem a personalidade originária.
- B) Para o STF, a consulta a ser feita em caso de desmembramento de estado-membro deve envolver a população de todo o estado-membro e não só a do território a ser desmembrado.
- C) A CF dá ao estado-membro competência para instituir regiões metropolitanas e microrregiões, mas não aglomerações urbanas: a competência de instituição destas é dos municípios.
- D) Conforme a CF, a incorporação, a subdivisão, o desmembramento ou a formação de novos estados dependerá de referendo. Assim, o referendo é condição prévia, essencial ou prejudicial à fase seguinte: a proposição de lei complementar.
- E) Segundo o STF, os mecanismos de freios e contrapesos previstos em constituição estadual não precisam guardar estreita similaridade com aqueles previstos na CF.

Questão 6

À luz da CF, assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.

- A) Segundo a CF, são princípios institucionais aplicáveis ao Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade.
- B) Foi com a CF que a atividade do Ministério Público adquiriu o status de função essencial à justiça.
- C) O STF, ao tratar das competências e prerrogativas do Ministério Público, estabeleceu o entendimento de que membro desse órgão pode presidir inquérito policial.
- D) A CF descreve as carreiras abrangidas pelo Ministério Público e, entre elas, elenca a do Ministério Público Eleitoral.
- E) A exigência constitucional de que o chefe do Ministério Público da União, procurador-geral da República, pertença à carreira significa que ele, para o exercício do cargo, pode pertencer tanto ao Ministério Público Federal quanto ao estadual.

Questão 7

No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- A) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- B) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- C) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- D) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- E) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

Questão 8

Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), incumbe(m) à Polícia Civil

- A** a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- B** as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais.
- C** a segurança dos estabelecimentos penais.
- D** apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- E** prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Questão 9

Ao estabelecer as limitações ao poder de tributar, a Constituição Federal de 1988 atribuiu aos entes públicos a prerrogativa de promover a substituição tributária. Acerca desse tema, assinale a opção **correta**.

- A** A substituição tributária constitui crédito do contribuinte para futuras compensações tributárias, caso o fato gerador não se realize.
- B** A substituição tributária se aplica aos impostos, mas não às contribuições.
- C** A substituição tributária pode ser instituída por decreto, desde que editado pelo respectivo chefe do Poder Executivo do ente tributante.
- D** A substituição tributária consiste em atribuir a condição de responsável pelo pagamento de certos tributos a sujeito passivo de obrigação tributária.
- E** A substituição tributária é aplicada a fatos geradores que já tenham ocorrido, mas cujo tributo ainda não tenha vencido, e a fatos geradores que ainda devam ocorrer posteriormente.

Questão 10

De acordo com a CE/MA, incluem-se entre os bens desse estado

- A** os lagos, rios e quaisquer correntes de água que banhem esse estado e mais um outro estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- B** o mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos e os potenciais de energia hidráulica.
- C** as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- D** as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, dos municípios e de terceiros.
- E** as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e à preservação ambiental.

Questão 11

Conforme o entendimento dos tribunais superiores, o advogado

- A** tem direito não apenas aos honorários convencionados, mas também aos fixados por arbitramento e aos de sucumbência.
- B** tem exclusividade para impetrar revisão criminal.
- C** poderá, em caso de prisão, ser colocado em alojamento coletivo, desde que em local distinto da prisão comum.
- D** pode atuar na qualidade de defensor público quando ausente a DP na jurisdição.
- E** possui inviolabilidade por expressões injuriosas que externar em carta de cobrança de honorários advocatícios.

Questão 12

Em conformidade com a CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, uma constituição estadual que estabelecesse: (i) novas hipóteses de foro por prerrogativa de função para o cargo de delegado, (ii) previsão de lei orgânica da polícia civil ser veiculada por lei complementar, (iii) determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares, seria considerada

- A** constitucional em relação à instituição de prerrogativa de foro, mas inconstitucional quanto à determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares e à previsão de lei complementar para a lei orgânica da polícia civil, por violar a simetria.

- B** completamente constitucional.
- C** constitucional em relação à previsão de lei complementar para regência da polícia civil e inconstitucional em relação às demais previsões.
- D** constitucional tão somente em relação à determinação ao legislador de observância de isonomia remuneratória entre policiais civis e policiais militares, considerando-se a necessária igualdade entre servidores estabelecida no art. 37 da CF.
- E** completamente inconstitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 13**

(...) é o atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução. Esse atributo não está presente em todos os atos, visto que alguns deles (v.g., os atos enunciativos, os negociais) o dispensam, por desnecessário à sua operatividade, uma vez que os efeitos jurídicos do ato dependem exclusivamente do interesse do particular na sua utilização.

Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 27.ª ed. São Paulo, 2002. p. 156.

O trecho citado descreve o atributo do ato administrativo relativo à

- A** presunção de legitimidade.
- B** veracidade.
- C** autoexecutoriedade.
- D** discricionariedade.
- E** imperatividade.

Questão 14

Acerca dos atos administrativos em espécie, assinale a opção **correta**.

- A** Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- B** Visto é o ato unilateral e vinculado pelo qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico administrativo.
- C** Admissão é o ato bilateral e vinculado pelo qual a administração pública reconhece ao particular que preencha os requisitos legais o direito à prestação de um serviço público.
- D** Homologação é o ato pelo qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
- E** Aprovação é um ato bilateral e vinculado pelo qual se exerce o controle *a priori* ou *a posteriori* do ato administrativo.

Questão 15

De acordo com a legislação e a doutrina pertinentes, o poder de polícia administrativa

- A** pode manifestar-se com a edição de atos normativos como decretos do chefe do Poder Executivo para a fiel regulamentação de leis.
- B** é poder de natureza vinculada, uma vez que o administrador não pode valorar a oportunidade e conveniência de sua prática, estabelecer o motivo e escolher seu conteúdo.
- C** pode ser exercido por órgão que também exerça o poder de polícia judiciária.
- D** é de natureza preventiva, não se prestando o seu exercício, portanto, à esfera repressiva.
- E** é poder administrativo que consiste na possibilidade de a administração aplicar punições a agentes públicos que cometam infrações funcionais.

Questão 16

Determinado município concedeu a particulares os serviços de tratamento de esgoto e pretende criar entidade no intuito de controlar e fiscalizar a execução desse serviço público. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito das agências reguladoras, observada a legislação pertinente e a jurisprudência do STF.

- A** As decisões tomadas no âmbito da competência da agência reguladora que se busca criar deverão se submeter a recurso dirigido a órgãos ou autoridades às quais a referida agência esteja vinculada.
- B** A autorização para a criação da agência reguladora deverá ser veiculada em lei municipal, ainda que o diploma legislativo verse outros temas.
- C** Não será possível a criação de agência reguladora pelo município, visto que a edição dessas entidades é atribuição exclusiva da União.
- D** Será legítimo à agência reguladora, no exercício das atividades decorrentes do poder de polícia e no âmbito da respectiva competência, promover, de ofício, a busca e a apreensão de bens.
- E** No âmbito da regulação setorial de saneamento básico, será legítimo à agência reguladora editar atos normativos gerais e abstratos, de caráter técnico.

Questão 17

Com relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

I As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.

II As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.

III Por meio da contratação de consórcios públicos, poderão ser constituídas associações públicas para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo tais entidades personalidade jurídica de direito público e passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.

IV Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Questão 18

A respeito da Lei Anticorrupção, julgue os itens a seguir.

I A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica é atribuição da autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes, podendo ser delegada.

II A responsabilidade das sociedades controladas por determinada pessoa jurídica que praticou ato contra administração pública restringe-se à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

III No âmbito da responsabilização administrativa, é admitida a sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica.

IV A Lei Anticorrupção não se aplica aos atos danosos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, quando cometidos no exterior.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Questão 19

Considerada a disciplina legal acerca da improbidade administrativa, observada a Lei n.º 8.429/1992 (LIA) com as alterações promovidas pela Lei n.º 14.230/2021, assinale a opção correta.

- A** A constatação do caráter culposo do ato praticado por quem exerce a função pública não se revela suficiente para afastar a caracterização de ato de improbidade administrativa.
- B** Os sócios, cotistas e diretores de pessoa jurídica de direito privado, via de regra, respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- C** O sucessor de quem que causar dano ao erário está sujeito à obrigação de reparar os cofres públicos até o limite do valor do patrimônio transferido, exceto nas hipóteses de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.
- D** Não obstante a independência entre as instâncias civil, penal e administrativa, em caso de lesão ao patrimônio público em decorrência de ato de improbidade, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento já efetuado nas demais instâncias que tiverem por objeto os mesmos fatos.
- E** Em havendo o ressarcimento integral e efetivo do dano pelo sujeito ativo do ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito, não lhe serão aplicáveis as sanções alusivas à perda de bens ou valores.

Questão 20

Acerca da delegação no âmbito do processo administrativo, considerada a Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção **correta**.

- A** As decisões tomadas mediante delegação devem mencionar essa condição de modo explícito e serão consideradas editadas pela autoridade delegada.
- B** A autoridade delegante somente poderá revogar o ato de delegação quando exaurido o objetivo para o qual o ato foi editado.
- C** A edição de atos de caráter normativo é passível de delegação.
- D** A delegação poderá ser formalizada por tempo indeterminado, a critério da autoridade delegante.
- E** Não é possível a um determinado órgão administrativo delegar parte de sua competência a outro órgão, quando inexistente subordinação hierárquica entre eles.

Questão 21

Considerando que, iniciado procedimento licitatório voltado à aquisição de determinados bens de interesse do estado do Maranhão, não tenham aparecido interessados em participar do referido certame, assinale a opção correta de acordo com a legislação pertinente.

- A** A falta de interessados no procedimento licitatório é causa de inexigibilidade de licitação, o que possibilita a contratação direta pela administração pública, inclusive com a alteração das condições básicas anteriormente estabelecidas.
- B** A falta de interessados no procedimento licitatório é causa de dispensa de licitação, quando tal procedimento, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para a administração pública, devendo ser mantidas as condições preestabelecidas.
- C** A frustração do procedimento licitatório impõe a alteração das condições preestabelecidas no instrumento convocatório, de modo a atrair interessados em nova licitação.
- D** A despeito da falta de interessados no referido certame licitatório, novo processo licitatório deverá ser realizado, sob pena de burla à obrigatoriedade de realização de licitação para as contratações públicas.
- E** Mantido o interesse na contratação, a frustração do procedimento licitatório impõe a contratação direta pela

administração pública, não havendo de se falar em burla à obrigatoriedade de realização de licitação.

Questão 22

A respeito do concurso público e do provimento dos cargos públicos, observada a jurisprudência do STF, julgue os itens seguintes.

I O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, gera direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital do primeiro certame.

II É válida a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais.

III No caso de nomeação tardia de candidato aprovado em concurso público, por meio de ato judicial, à qual fora atribuída eficácia retroativa, não há direito a promoções ou progressões funcionais que alcançariam o nomeado se a nomeação tivesse ocorrido a tempo e modo próprios.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item **II** está certo.
- B** Apenas o item **III** está certo.
- C** Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- D** Apenas os itens **I** e **III** estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 23

Assinale a opção **correta**, consoante entendimento atual da doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** A União e os estados possuem competência concorrente para legislar sobre normas gerais de licitação, podendo os municípios adaptar tais normas gerais às suas realidades.
- B** Em regra, é desnecessária a prévia licitação para permissão da exploração de serviço público de transporte coletivo de passageiros, sendo a licitação imprescindível no que se refere à concessão do transporte público coletivo de passageiros.
- C** Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, em razão de ser presumida sua inviabilidade econômica.
- D** A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação.
- E** Dado o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras, os municípios só podem fazer jus a certidão positiva de débitos, com efeitos de negativa, quando a Câmara Municipal não possuir débitos com a Fazenda Nacional.

Questão 24

A respeito da prestação de serviços públicos essenciais e da possibilidade de sua interrupção, observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é legítimo o corte do fornecimento de serviços públicos essenciais

- A** quando inadimplente o usuário, independentemente de prévia notificação.
- B** quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que tenha havido prévia notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
- C** em unidade de saúde, ainda que ela esteja inadimplente.
- D** quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária.
- E** por débitos de usuário anterior, considerada a natureza real da dívida.

DIREITO PENAL

Questão 25

Acerca do direito penal e do poder punitivo, assinale a opção correta.

- A** O garantismo penal impede a intervenção punitiva do Estado, o qual deverá exercer função exclusivamente preventiva e garantidora das liberdades individuais.
- B** O direito penal do autor poderá servir de fundamento para a redução da pena quando existirem circunstâncias pessoais favoráveis ao acusado.
- C** O direito penal do ato tem como característica a ampliação da tipicidade do crime para atingir também os atos preparatórios e os de tentativa.
- D** No direito penal do inimigo, a sanção penal é aplicada com extremo rigor e objetiva punir o inimigo de modo exemplar por atos cometidos, sem, contudo, relativizar ou suprimir garantias processuais.
- E** A criminalização secundária tem como características a igualdade e a abstração, uma vez que a lei penal é genérica e a todos dirigida.

Questão 26

O princípio da alteridade é violado em caso de

- A** proibição de mulher transexual utilizar banheiro público feminino.
- B** arbitramento de indenização por danos morais contra pessoa jurídica.
- C** violação de correspondência alheia.
- D** impedimento do exercício do direito de livre associação.
- E** uso da força para coibir manifestação violenta.

Questão 27

Em relação à lei penal no tempo e à irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que à lei penal mais

- A** severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.
- B** benigna aplica-se o princípio da extra-atividade.
- C** severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.
- D** severa aplica-se o princípio da extra-atividade.
- E** benigna aplica-se o princípio da não ultra-atividade.

Questão 28

Em relação a conceitos e previsões presentes na Parte Geral do Código Penal, assinale a opção **correta**.

- A** Se o agente ferir alguém com uma faca no pescoço, com nítida intenção de matar, mas a vítima for socorrida e levada ao hospital e, durante a internação, morrer em decorrência de uma explosão acidental no hospital, o agente responderá por tentativa de homicídio.
- B** Em caso de erro sobre a pessoa, são consideradas as características da vítima real, e não as da pessoa que seria o alvo da ação.
- C** A indenização do dano causado ao ofendido em decorrência do crime importa em renúncia tácita ao direito de queixa, uma vez que tal fato é incompatível com a vontade de exercer esse direito.
- D** A condenação por crime doloso em sentença irrecorrível é causa facultativa de revogação da suspensão condicional da pena.
- E** Incide causa de aumento de pena caso o crime tenha sido executado mediante paga ou promessa de recompensa e em concurso de pessoas.

Questão 29

Considerando-se a teoria do tipo penal, é **correto** afirmar que

- A** o arrependimento posterior exige voluntária reparação do dano até o oferecimento da denúncia.
- B** responde pelo resultado que agrava especialmente a pena o agente que o houver causado, independentemente de dolo ou culpa.
- C** a pena do agente que agiu voluntariamente será reduzida, no arrependimento eficaz, de um a dois terços.

- D o agente responde pelos atos já praticados, na hipótese de absoluta impropriedade do objeto que impeça a consumação do crime.
- E o dever de agir, no crime omissivo, também incumbe a quem não tem obrigação legal, mas, por outro motivo, assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.

Questão 30

A, B e C são atores. Pelo fato de B obter o papel de personagens de maior destaque, secretamente A o inveja e despreza. No intuito de livrar-se de B, A troca as balas de festim por munição real do revólver de C, que, ao disparar em cena de novela contra B, causa sua morte. Nesse caso,

- A segundo a teoria objetivo -material, C poderá ser enquadrado na autoria imprópria em relação ao homicídio de B.
- B com base na teoria objetivo- formal, A poderá ser considerado autor mediato do homicídio de B.
- C conforme a teoria do domínio do fato, C seria considerado partícipe do homicídio de B.
- D A e C agiram em autoria colateral, sendo que A será considerado mandante e C responderá culposamente.
- E houve autoria incerta, e A e C responderão por tentativa de homicídio, pois, quanto à tentativa, existia certeza, mas, quanto à ocorrência do resultado, havia dúvida.

Questão 31

De acordo com o artigo 83 do Código Penal, o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, desde que o condenado

- A não seja reincidente.
- B não tenha cometido falta grave nos últimos dois anos.
- C tenha reparado o dano causado pela infração, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo.
- D tenha cumprido mais de 2/5 da pena, nos casos de condenação por crime hediondo.
- E tenha cumprido mais de 1/6 da pena, se não for reincidente em crime doloso, e mais da metade da pena, se for reincidente em crime doloso.

Questão 32

Extinguem a punibilidade do agente

- A renúncia e perempção na ação pública condicionada.
- B decadência e retratação na ação pública incondicionada.
- C retratação e perdão aceito na ação pública condicionada.
- D perdão aceito e perempção na ação privada propriamente dita.
- E decadência e renúncia na ação privada subsidiária da pública.

Questão 33

A respeito da extinção da punibilidade, assinale a opção correta à luz do disposto no Código Penal e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A A retratação do agente não extingue a punibilidade.
- B Só há efetiva extinção da punibilidade quando cumprida a pena privativa de liberdade e adimplido o pagamento da pena pecuniária, ainda que o condenado comprove hipossuficiência.
- C Não corre prescrição antes do trânsito em julgado da sentença final de recurso inadmissível nos tribunais superiores e pendente de julgamento.
- D A prescrição da pena de multa será sempre de dois anos.
- E A prescrição começa a contar a partir da data em que a vítima completa dezoito anos de idade apenas em relação aos crimes contra a dignidade sexual que envolvam crianças e adolescentes.

Questão 34

Ao analisar sob o prisma jurídico-penal um abortamento, o delegado de polícia deverá verificar se a interrupção da gravidez, nas circunstâncias em que ocorreu, era permitida. Acerca do abortamento permitido, assinale a opção **correta**.

- A Conforme entendimento majoritário do STF, o abortamento de feto anencefálico é possível, haja vista a tese de que a gestante que opta pela interrupção da gravidez atua em estado de necessidade.

- B Deve ser responsabilizado por aborto culposo o médico que, por erro vencível, diagnostique uma gravidez com sério risco para a vida da gestante e realize a intervenção abortiva por equívoco.
- C Consoante o STJ, a Síndrome de *Body Stalk* autoriza a intervenção abortiva porque, embora exista uma mínima chance de salvar o feto e garantir o nascimento com vida, determina a morte da gestante durante o parto, cuidando-se de abortamento terapêutico.
- D Em discussão acerca da possibilidade de aborto no primeiro trimestre de gravidez, ministro do STF proferiu voto defendendo a inexistência de aborto criminoso nesse período, invocando para tanto, entre outros argumentos, o critério da proporcionalidade.
- E No aborto sentimental ou humanitário, dado que a ocorrência de um estupro nem sempre será verificável de plano, exige-se ordem judicial, sem a qual a intervenção será criminosa.

Questão 35

Atanagildo ofereceu ação indenizatória contra empresa concessionária de energia elétrica, sustentando, em sua petição inicial, a interrupção no fornecimento de eletricidade por diversos dias consecutivos. A fim de não realizar o pagamento de custas processuais, Atanagildo se declarou hipossuficiente. Contudo, logo restou demonstrado pela empresa que Atanagildo não era hipossuficiente, bem como que, embora realmente o fornecimento de energia tenha sido interrompido na região por problemas técnicos, a suposta casa de Atanagildo não passava de um terreno, no qual não havia construções nem sequer um medidor de consumo de energia. Assim, o magistrado encaminhou cópias dos documentos à Delegacia de Polícia da área, a fim de apurar a existência de crimes.

Considerando-se essa situação hipotética, é **correto** afirmar que Atanagildo praticou

- A conduta atípica.
- B tentativa de estelionato e uso de documento falso.
- C tentativa de estelionato e falsidade ideológica.
- D tentativa de estelionato.
- E falsidade ideológica.

Questão 36

Em relação aos crimes contra a propriedade intelectual, assinale a opção **correta**.

- A Há crimes contra a propriedade intelectual cujo julgamento advém de ação penal privada ou pública condicionada à representação, não havendo previsão de ação pública incondicionada para processo e julgamento desses crimes.
- B Para a configuração do delito de violação de direito autoral, é necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os representem.
- C O crime de violação de direito autoral é delito permanente em todas as formas de execução, em virtude do bem jurídico tutelado.
- D Diante dos princípios da adequação social e da intervenção mínima, considera-se atípica a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.
- E O dolo direto ou eventual é elemento subjetivo do delito de violação de direito autoral, não havendo previsão para a modalidade culposa desse crime.

Questão 37

Assinale a opção correta no que se refere aos crimes contra a propriedade imaterial.

- A A violação de direito autoral qualificada se configura com o dolo genérico.
- B O plágio de obras literárias, científicas ou artísticas é regido por lei própria, não sendo abrangido pelo tipo de violação de direito autoral nas suas formas simples ou qualificadas.
- C A materialidade do crime de violação de direito autoral pode ser provada mediante perícia por amostragem sobre os aspectos externos do material apreendido.

- Ⓓ A absolvição do réu no crime de violação de direito autoral é possível com base na teoria da adequação social e no princípio da insignificância.
- Ⓔ A violação de direitos autorais é crime processado mediante ação pública condicionada à representação, quando cometida na forma simples.

▼ Questão 38

Conforme entendimento do STJ, o uso fraudulento de material transparente nas fases “a” e “b” do medidor de consumo de energia elétrica que permita a alteração do relógio para reduzir a quantidade registrada e consumida e induza a erro a companhia de eletricidade, gerando a obtenção de vantagem ilícita, configura o crime de

- Ⓐ modificação não autorizada de sistema de informações.
- Ⓑ dano.
- Ⓒ furto.
- Ⓓ estelionato.
- Ⓔ apropriação indébita

DIREITO PROCESSUAL PENAL

▼ Questão 39

Na esfera da legislação processual penal, a reprimenda

- Ⓐ somente se aplicará por força de decisão judicial fundamentada.
- Ⓑ é aplicável somente nos processos de competência originária dos tribunais.
- Ⓒ somente se aplicará se houver expressa determinação legal.
- Ⓓ é inaplicável, por suas características.
- Ⓔ somente se aplicará se apresentar manifesta vantagem para o réu.

▼ Questão 40

Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Código de Processo Penal normatiza o processamento das relações processuais penais em curso perante todos os juízos e tribunais brasileiros, aplicando-se, em caráter subsidiário, as normas procedimentais que versem sobre matérias especiais.
- Ⓑ Segundo entendimento expandido pelo STF, a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados constitui violação das garantias do juiz natural e da ampla defesa.
- Ⓒ A gravação ambiental por meio de fita magnética, de conversa entre presentes, feita por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é considerada prova ilícita, pois viola preceito constitucional.
- Ⓓ O princípio da extraterritorialidade adotado pelo direito processual penal brasileiro não ofende a soberania de outros Estados, já que os ordenamentos jurídicos de todas as nações convergem para o combate às condutas delitivas.
- Ⓔ A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.

▼ Questão 41

Pode o delegado requisitar, em razão do delito praticado, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos do crime de

- Ⓐ roubo.
- Ⓑ extorsão com emprego de arma.
- Ⓒ latrocínio.
- Ⓓ homicídio qualificado.
- Ⓔ tráfico de pessoas.

▼ Questão 42

A respeito de investigações policiais, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Estando preso o investigado, é proibida a realização de reconhecimento de pessoa por meio de videochamada, ainda

que com a anuência do próprio investigado, por se tratar de procedimento que exige a presença da pessoa em sede policial.

- Ⓑ A reconstrução simulada consiste no exame do local do crime por peritos, a fim de elucidá-lo mediante a confecção de fotografias, desenhos e esquemas, sem a presença do investigado e de testemunhas, para evitar contaminação do local.
- Ⓒ Durante as investigações policiais, por meio de inquérito presidido pelo delegado de polícia, o investigado poderá requisitar diligências, as quais, nessa hipótese, deverão ser obrigatoriamente realizadas, já que a autoridade não pode indeferir tal pedido.
- Ⓓ Na comarca em que houver duas circunscrições policiais, a autoridade com atribuição em uma delas deverá requisitar diligências a outra autoridade policial da outra circunscrição, quando, para a conclusão do inquérito, for necessária a análise de indícios ou provas existentes na localidade dessa última circunscrição.
- Ⓔ É permitida a condução coercitiva do investigado até a delegacia de polícia para submetê-lo ao procedimento de reconhecimento de pessoa, não havendo mácula ao preceito *nemo tenetur se detegere*.

▼ Questão 43

Considerando que tenha sido instaurado inquérito policial que ainda se encontra em curso, assinale a opção correta acerca das funções do delegado.

- Ⓐ Cabe à autoridade policial arbitrar fiança nos delitos punidos com pena máxima não superior a cinco anos.
- Ⓑ Finalizadas as investigações e concluído o inquérito policial, a autoridade policial pode determinar o arquivamento do feito.
- Ⓒ É vedado ao delegado representar ao juiz para a instauração de incidente de insanidade mental, sob pena de invasão da competência do Ministério Público.
- Ⓓ Cabe ao delegado aceitar ou rejeitar a colaboração de detetive particular.
- Ⓔ Ao elaborar o relatório final do inquérito, a autoridade policial deverá manifestar-se acerca do mérito da prova colhida.

▼ Questão 44

Amadeu, com vinte anos de idade, encontrou Márcia, com dezesseis anos de idade, sua ex-vizinha, em um baile de carnaval realizado em uma praia. Ao perceber que Márcia se encontrava em estado de embriaguez, apresentando perda do raciocínio e de discernimento, Amadeu aproveitou para praticar diversos atos libidinosos e ter conjunção carnal com ela, mesmo sem o seu consentimento.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante representação de Márcia ou de seus pais.
- Ⓑ a autoridade policial poderá instaurar inquérito de ofício.
- Ⓒ a autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial caso tome ciência do fato por meio da veiculação do fato pela imprensa.
- Ⓓ a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante requerimento subscrito pelos pais de Márcia.
- Ⓔ o MP não poderá requisitar a instauração de inquérito policial.

▼ Questão 45

Após a instauração de inquérito policial para apurar a prática de crime de corrupção passiva em concurso com o de organização criminosa, o promotor de justiça requereu o arquivamento do ato processual por insuficiência de provas, pedido que foi deferido pelo juízo. Contra essa decisão não houve a interposição de recursos.

Nessa situação,

- Ⓐ mesmo com o arquivamento do inquérito policial, a ação penal poderá ser proposta, desde que seja instruída com provas novas.
- Ⓑ em razão do arquivamento, a ação penal só poderá ser proposta como ação penal privada subsidiária da pública.
- Ⓒ o arquivamento do inquérito policial gerou a perempção, que provoca a inadmissibilidade da ação penal devido à extinção da punibilidade provocada.

- D em razão da coisa julgada material feita com o trânsito em julgado da decisão que deferiu o arquivamento do inquérito, é inadmissível a propositura de ação penal.
- E outro promotor de justiça, com entendimento contrário ao daquele que requereu o arquivamento, poderá requerer o desarquivamento do inquérito e propor ação penal independentemente da existência de novas provas.

Questão 46

No estado de Mato Grosso, Pedro cometeu crime contra a economia popular; Lucas cometeu crime de caráter transnacional contra animal silvestre ameaçado de extinção; e Raí, um agricultor, cometeu crime comum contra índio, no interior de reserva indígena, motivado por disputa sobre direitos indígenas.

Nessa situação hipotética, a justiça comum estadual será competente para processar e julgar

- A somente Pedro e Raí.
- B somente Lucas e Raí.
- C Pedro, Lucas e Raí.
- D somente Pedro.
- E somente Pedro e Lucas.

Questão 47

Com relação a questões e processos incidentes, assinale a opção correta.

- A Não poderá ser arguida a suspeição dos intérpretes.
- B Não poderá ser arguida a suspeição dos funcionários da justiça.
- C Não poderá ser arguida a suspeição do órgão do Ministério Público.
- D Não poderá ser arguida a suspeição das autoridades policiais nos atos do inquérito.
- E Não poderá ser arguida a suspeição dos peritos.

Questão 48

Assinale a opção correta acerca do processo penal, segundo o STJ e a doutrina majoritária.

- A Incidem as novas regras do Código de Processo Civil referentes à contagem dos prazos em dias úteis nas ações relativas a matéria penal.
- B No sistema processual penal, vigoram os princípios da lealdade e da boa-fé objetiva, não sendo lícito à parte arguir vício com o qual tenha concorrido, sob pena de se violar o princípio do *nemo auditur propriam turpitudinem allegans*.
- C Conforme prescreve o princípio da convalidação, o recebimento da denúncia por juízo territorialmente incompetente não tem o condão de interromper o prazo prescricional.
- D No processo penal brasileiro, é vedado ao juiz determinar de ofício a produção de prova, ainda que de forma suplementar.
- E Ato de magistrado singular que atribui aos fatos descritos na peça acusatória definição jurídica diversa daquela proposta pelo Ministério Público ofende o princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória.

Questão 49

No que tange ao procedimento criminal e seus princípios e ao instituto da liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A O descumprimento de medida cautelar imposta ao acusado para não manter contato com pessoa determinada é motivo suficiente para o juiz determinar a substituição da medida por prisão preventiva, já que a aplicação de outra medida representaria ofensa ao poder imperativo do Estado além de ser incompatível com o instituto das medidas cautelares.
- B Concedida ao acusado a liberdade provisória mediante fiança, será inaplicável a sua cumulação com outra medida cautelar tal como a proibição de ausentar-se da comarca ou o monitoramento eletrônico.
- C Compete ao juiz e não ao delegado a concessão de liberdade provisória, mediante pagamento de fiança, a acusado de crime hediondo ou tráfico ilícito de entorpecente.
- D Caso, após sentença condenatória, advenha a prescrição da pretensão punitiva e seja declarada extinta a punibilidade por

essa razão, os valores recolhidos a título de fiança serão integralmente restituídos àquele que a prestou.

- E Ofenderá o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório a defesa que, firmada por advogado dativo, se apresentar deficiente e resultar em prejuízo comprovado para o acusado.

Questão 50

Após desentendimento em jantar em sua residência, um deputado estadual esfaqueou um colega, que morreu no local. Para ocultar o ato criminoso, o parlamentar enterrou o corpo da vítima no quintal de sua residência. Após o indiciamento, o MP ofereceu denúncia contra o parlamentar.

Nessa situação hipotética, a competência para julgar os crimes de homicídio e de ocultação de cadáver será do

- A tribunal de justiça e do juiz singular da justiça comum estadual, respectivamente.
- B juiz singular da justiça comum estadual.
- C tribunal do júri da comarca em que os crimes foram praticados.
- D tribunal de justiça do estado em que o parlamentar exercer o seu mandato.
- E tribunal do júri e o do juiz singular da justiça comum estadual, respectivamente.

Questão 51

Acerca de jurisdição e competência em matéria criminal, assinale a opção correta.

- A Segundo entendimento do STJ, é de competência da justiça estadual processar e julgar crime contra funcionário público federal, estando ou não este no exercício da função.
- B A competência para julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante o órgão federal será dos juizes federais da seção judiciária da localidade em que o prefeito exercer ou tiver exercido o mandato.
- C A competência para julgar governador de estado que, no exercício do mandato, cometa crime doloso contra a vida será do tribunal do júri da unidade da Federação na qual aquela autoridade tenha sido eleita para o exercício do cargo público.
- D A competência para processar e julgar crime de roubo que resulte em morte da vítima será do tribunal do júri da localidade em que ocorrer o fato criminoso.
- E No Estado brasileiro, a jurisdição penal pode ser exercida pelo STF, e em todos os graus de jurisdição das justiças militar e eleitoral, e das justiças comuns estadual e federal, dentro do limite da competência fixada por lei.

Questão 52

Sobre o controle externo da atividade policial, assinale a opção correta em consonância com a atual jurisprudência do STJ e do STF.

- A O delegado de polícia pode formalizar acordos de colaboração premiada na fase de inquérito policial, independentemente de ter havido manifestação do membro do Ministério Público previamente à decisão judicial.
- B O controle externo da atividade policial exercido pelo *Parquet* vai além da atividade de polícia judiciária, não se limitando a relatórios de natureza persecutório-penal, ou seja, relacionados com a atividade de investigação criminal.
- C Os órgãos do Ministério Público têm acesso a quaisquer documentos, informatizados ou não, relativos à atividade fim policial civil e militar, exceto às atividades de polícia técnica desempenhadas por outros órgãos.
- D As ordens de missão policial decorrentes de cooperação internacional exclusiva da Polícia Federal sobre as quais haja acordo de sigilo estão sujeitas a controle *a posteriori* do Ministério Público.
- E As salas de inteligência de um órgão policial não podem ser inspecionadas pelo Ministério Público no exercício do controle externo.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

▼ Questão 53

Quanto ao instituto da remição na fase de execução da pena, assinale a opção correta.

- A** A remição da pena pelo estudo, quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal, independerá de aproveitamento satisfatório, bastando a comprovação da frequência escolar.
- B** A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.
- C** O benefício da remição da pena será suspenso no caso de o condenado, por acidente, ficar impossibilitado para o trabalho ou o estudo.
- D** É possível o acréscimo de um terço do tempo a remir no caso de conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental, médio ou superior.
- E** O tempo remido não será considerado para a obtenção do benefício do indulto.

▼ Questão 54

Considerando as disposições penais e processuais penais estabelecidas na Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da matéria, assinale a opção **correta**.

- A** Os crimes hediondos e equiparados estão listados na Constituição Federal, não dispondo o legislador ordinário de liberdade para ampliar tal rol.
- B** O prazo de prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados é de 30 dias, não sendo admitida prorrogação, porque ele já é ampliado em relação ao regramento da Lei n.º 7.960/1989.
- C** Se associação criminosa destinada à prática de crimes hediondos for desmantelada em razão de informações fornecidas por participante ou associado do grupo criminoso, este receberá perdão judicial.
- D** O rol de crimes hediondos inclui o roubo qualificado por lesão corporal grave, porém não abrange o homicídio simples, salvo se praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- E** Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, liberdade provisória e fiança.

▼ Questão 55

É circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor o cometimento desse tipo de crime

- A** mediante a dissimulação da natureza ilícita do procedimento.
- B** em detrimento de pessoa portadora de deficiência, desde que interdita judicialmente.
- C** em detrimento de indígena, mesmo que integrado.
- D** em detrimento de instituições religiosas ou educativas sem fins lucrativos.
- E** em detrimento de pessoa com idade superior a setenta anos.

▼ Questão 56

Assinale a opção correta a respeito dos crimes de trânsito.

- A** A condução de veículo automotor em via pública por motorista com a habilitação suspensa configurará crime apenas se a situação gerar perigo de dano.
- B** Para a constatação do crime de embriaguez ao volante, é imprescindível a realização de prova por teste de bafômetro ou etilômetro.
- C** A lesão corporal culposa cometida na direção de veículo automotor por condutor sob a influência de álcool dispensa a representação do ofendido.
- D** A suspensão da habilitação, aplicada cumulativamente na sentença condenatória por homicídio culposo na direção de veículo automotor, deve ter o mesmo prazo da pena de prisão.
- E** É causa de aumento de pena a utilização de veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem a sua segurança ou o seu funcionamento.

▼ Questão 57

Acerca do procedimento penal estabelecido na Lei n.º 11.101/2005, que dispõe sobre a recuperação judicial e extrajudicial e sobre a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a opção correta.

- A** Por se tratar de legislação especial, as disposições do CPP não são aplicadas subsidiariamente nas hipóteses de procedimento penal previstas na lei em questão.
- B** As ações penais relativas aos crimes previstos na lei em apreço devem ser distribuídas por sorteio entre as varas de execuções penais da jurisdição.
- C** As ações penais relativas aos crimes previstos na lei em pauta são de natureza pública condicionada.
- D** O MP, verificando a ocorrência de qualquer crime previsto na referida lei, promoverá a competente ação penal.
- E** Decorrido o prazo legal sem que o representante do MP ofereça denúncia quanto aos crimes previstos na lei em tela, o procedimento será arquivado.

▼ Questão 58

Está fora do âmbito de proteção da Lei n.º 11.340/2006, que trata da violência doméstica contra a mulher,

- A** a filha transexual que é ameaçada pelo pai dentro da própria residência.
- B** a mãe vulnerável que é ameaçada e agredida pela própria filha com a qual convive.
- C** a mulher agredida dentro do ambiente laboral por colega de trabalho do sexo masculino com quem nunca teve relação íntima ou de afeto.
- D** a empregada doméstica agredida pelo neto da empregadora dentro da casa desta.
- E** a mulher vítima de contravenção penal em razão do gênero.

▼ Questão 59

Vantuir e Lúcio cometeram, em momentos distintos e sem associação, crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). No momento da ação, Vantuir, em razão de dependência química e de estar sob influência de entorpecentes, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Lúcio, ao agir, estava sob efeito de droga, proveniente de caso fortuito, sendo também incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Nessas situações hipotéticas, qualquer que tenha sido a infração penal praticada,

- A** Vantuir terá direito à redução de pena de um a dois terços e Lúcio será isento de pena.
- B** somente Vantuir será isento de pena.
- C** Lúcio e Vantuir serão isentos de pena.
- D** somente Lúcio terá direito à redução de pena de um a dois terços.
- E** Lúcio e Vantuir terão direito à redução de pena de um a dois terços.

▼ Questão 60

No caso de um delegado de polícia instaurar inquérito policial para apurar a conduta delitiva supostamente praticada por determinado cidadão, o delegado-geral de polícia

- A** poderá promover a remoção do delegado com o objetivo de frustrar a sua atuação no inquérito, independentemente de justificativa, em razão de sua posição hierárquica.
- B** poderá determinar a redistribuição do inquérito por motivo de interesse público devidamente demonstrado.
- C** não poderá, em regra, determinar a redistribuição do inquérito policial, ressalvado apenas o caso de morte do delegado que determinar a sua instauração.
- D** poderá proceder à redistribuição do inquérito, independentemente de justificativa, em razão de sua posição hierárquica.
- E** não poderá avocar o inquérito policial, salvo em caso de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação policial que prejudique a eficácia da investigação.

Questão 61

Conforme relatório final de inquérito policial, Mário, policial civil, praticou obstrução de justiça ao embarçar a investigação de crime praticado por uma organização criminosa.

Nessa situação hipotética, Mário

- A** praticou ilícito puramente administrativo.
- B** violou uma regra processual, mas não cometeu nenhum crime.
- C** cometeu crime previsto na Lei n.º 12.850/2013.
- D** cometeu contravenção penal.
- E** cometeu crime previsto no Código Penal.

Questão 62

Quanto à colaboração premiada, assinale a opção **correta**.

- A** O marco de confidencialidade do acordo de colaboração premiada é o momento em que as partes firmam termo de confidencialidade para prosseguimento das tratativas.
- B** O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.
- C** A proposta de acordo de colaboração premiada não poderá ser sumariamente indeferida.
- D** A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público. Nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença de advogado constituído ou defensor público.
- E** O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo facultado ao magistrado decidir por sua publicidade no caso de relevante interesse público.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL**Questão 63**

Suponha que, por decisão administrativa, a demissão de determinado funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido considerada ilegal. Nessa situação, o funcionário deverá ser

- A** reintegrado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- B** reintegrado, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- C** revertido, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- D** revertido, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- E** aproveitado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

Questão 64

De acordo com o disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco, Lei estadual nº 6.123/68, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A** A licença para trato de interesse particular é ato vinculado do Poder Público.
- B** Será concedida a ajuda de custo ao funcionário que pedir remoção para servir em nova sede.
- C** Ao funcionário convocado para o serviço militar e outros encargos da Segurança Nacional, será concedida licença com vencimento integral.
- D** Para a concessão de licença para tratamento de saúde, é dispensável inspeção médica, que será realizada, quando necessário, no local onde se encontrar o funcionário.
- E** Serão concedidos ao funcionário, após cada quinquênio de serviço efetivo prestado ao Estado, três meses de licença-prêmio, com todos os direitos e vantagens do cargo efetivo.

Questão 65

Em relação à competência para a aplicação das penas disciplinares previstas no Estatuto do Policial Civil do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta.

- A** A competência do secretário de Defesa Social para a aplicação de penas disciplinares limita-se à aplicação de repreensão e de suspensão por período superior a vinte dias.
- B** Se a presença de servidor e a sua permanência no exercício da função policial puder interferir na apuração de transgressão disciplinar a ele atribuída, o titular da apuração, qualquer que seja o seu cargo, deverá determinar a suspensão preventiva do servidor por até trinta dias.
- C** Sendo contumaz a prática de transgressões disciplinares, qualquer que seja a sua natureza, a aplicação da respectiva sanção disciplinar será da competência exclusiva do secretário de Defesa Social.
- D** O governador do estado detém competência apenas para a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- E** São competentes para a aplicação da sanção de suspensão por período de até dez dias os titulares de delegacias, os delegados de polícia, os médicos legistas e os peritos criminais.

Questão 66

Caso um funcionário público, ocupante do cargo de policial civil da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, cometa alguma irregularidade no exercício do seu cargo, a correspondente apuração

- A** terá de ser promovida por processo disciplinar que poderá ser instaurado por médico legista.
- B** poderá prescindir da instauração de processo disciplinar, no caso de aplicação da pena de suspensão por mais de quinze dias.
- C** poderá prescindir da instauração de processo disciplinar, no caso de aplicação da pena de destituição de função de chefia.
- D** compreenderá a sindicância e o inquérito disciplinar, conforme o caso.
- E** terá de ser promovida por processo disciplinar que poderá ser instaurado por titular de delegacia.

Questão 67

No que se refere às transgressões disciplinares, sua apuração e às sanções para elas previstas, assinale a opção correta de acordo com as disposições estatutárias vigentes.

- A** Quando da aplicação das penas disciplinares, deverão ser considerados, entre outros aspectos, a natureza da transgressão, sua gravidade, a repercussão do fato, os danos decorrentes para o serviço público e a reincidência, sendo causa agravante o cometimento da falta disciplinar em concurso com dois ou mais servidores.
- B** Estará sujeito à pena de suspensão o policial civil que exercer cumulativamente, de maneira indevida, dois ou mais cargos ou funções públicas.
- C** A instauração do competente processo administrativo disciplinar, precedido de sindicância, é imprescindível para a aplicação das penalidades de repreensão, suspensão e demissão.
- D** Em processo disciplinar, julgada procedente a arguição de suspeição em relação a membro da comissão permanente de disciplina, tal membro perderá seu mandato até a conclusão e o julgamento do referido processo.
- E** No caso em que a falta disciplinar for considerada leve e a transgressão tiver sido praticada na presença da autoridade competente para a aplicação da sanção, a pena de repreensão será aplicada verbalmente.

MEDICINA LEGAL**Questão 68**

Acerca das perícias e dos peritos, é correto afirmar que os aspectos objetivos de uma perícia, relacionados às alterações visíveis verificadas por quem procede ao exame, serão destacados nos respectivos laudos na parte

- A** da formulação dos quesitos.
- B** da descrição.
- C** do preâmbulo.
- D** do histórico.
- E** da assinatura.

▼ Questão 69

Um cadáver, encontrado em uma pequena cabana de uma praia pouco movimentada, ao ser analisado pelo legista, apresentava os seguintes sinais: rigidez cadavérica precoce e bem acentuada; manchas hipostáticas de cor lívida, distribuindo-se pelo tórax, costas e braços; e espuma abundante na boca. A temperatura do corpo era de 25 °C. Ele constatou, ainda, que o encéfalo apresentava hiperemia e congestão das meninges; coração com consistência muito aumentada; pulmões com equimoses subpleurais e edema interno; notou, em outras vísceras, a presença de hipertermia interna e de grande quantidade de sangue no sistema venoso. O perito criminal, ao examinar o local, verificou condições do tempo e certificou-se de não ter havido testemunhas. Deteve-se, então, na busca da causa das lesões observadas.

Nessa situação hipotética, não tendo encontrado causa diversa de morte, o perito diagnosticará que as lesões estão mais relacionadas a óbito decorrente de

- A eletroplessão.
- B insolação.
- C intermação.
- D inanição.
- E fulguração.

▼ Questão 70

Lesões produzidas por projéteis de arma de fogo podem ser classificadas em função da energia do projétil, de sua massa e do tipo de lesão tecidual. Acerca de aspectos relativos a essa temática, assinale a opção **correta**.

- A A velocidade é o vetor que apresenta menos influência no resultado da energia cinética de um projétil.
- B O fenômeno da cavitação nas lesões de entrada de projétil de arma de fogo se caracteriza por ser sempre permanente, o que se deve ao fato de o projétil transferir energia cinética para o alvo.
- C Em geral, o projétil de alta energia tem velocidade inicial acima de 600 m/s.
- D Em geral, a velocidade inicial do projétil de baixa energia é de até 200 m/s.
- E Em geral, a velocidade inicial do projétil de média energia fica entre 200 m/s e 600 m/s.

▼ Questão 71

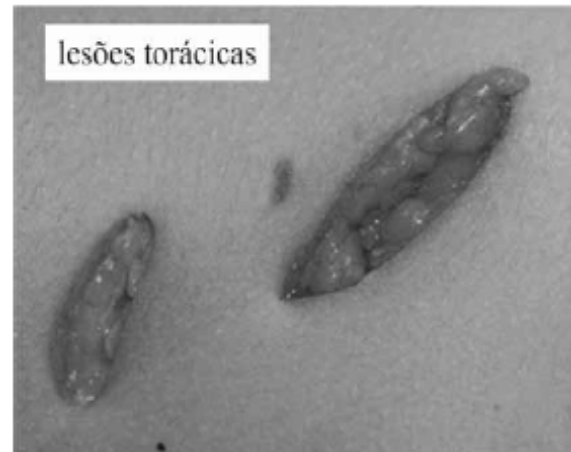
Maria Antônia compareceu à Delegacia da Mulher de Ariquemes, para relatar a série de agressões que vinha sofrendo por parte do seu marido, Marcos. Em seu depoimento, Maria disse não ter consentido com a prática de conjunção carnal, porém, mesmo assim foi violentada e obrigada a realizar o ato. Com base nessas informações, bem como no que diz respeito aos aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, é **correto** afirmar que

- A caso não sejam encontrados sinais externos de violência por ocasião do exame de corpo de delito, tais como equimoses, não será possível a responsabilização de Marcos por sua conduta.
- B o exame pericial não poderá ser realizado caso Maria Antônia esteja grávida.
- C não se pode confirmar o ato violento quando a mulher possui hímen complacente, também conhecido como imperfurado.
- D a pesquisa de fosfatase ácida de origem prostática poderá ser requisitada pela delegada de polícia responsável pelas investigações.
- E a ausência de ejaculação descaracteriza o crime de estupro, pois inviabiliza o encontro de material genético apto para indicar a autoria do crime.

▼ Questão 72

Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecropsóptico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 °C, além de

rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e media 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malibus.com.br>.

O exame necropsóptico do cadáver referido no texto evidenciou equimoses violáceas e escoriações na vulva, hímen roto, dilatação do ânus, sem escoriações ou fissuras, e o exame citológico da secreção vaginal detectou espermatozoides e PSA.

A propósito dessas considerações adicionais, assinale a opção correta.

- A A presença do PSA na secreção vaginal é considerada um vestígio de ocorrência de conjunção carnal.
- B A dilatação anal identificada é prova inquestionável de coito anal traumático.
- C A presença de equimoses e escoriações na região vulvar atesta a ocorrência de conjunção carnal praticada pelo agressor.
- D No exame genital, a identificação de hímen roto atesta a ocorrência de conjunção carnal praticada pelo agressor.
- E A identificação de espermatozoides na secreção vaginal comprova a ocorrência de estupro seguido de morte.

▼ Questão 73

À luz do conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), abortamento consiste na

- A interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- B interrupção da gestação com menos de 20 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.
- C interrupção da gestação com menos de 21 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- D interrupção da gestação com menos de 23 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 600 g.
- E interrupção da gestação com menos de 22 semanas ou com produto da concepção (embrião ou feto) pesando menos de 500 g.

CRIMINOLOGIA**Questão 74**

Acerca da conceituação e dos métodos utilizados pela criminologia, assinale a opção **correta**.

- A** A interdisciplinaridade da criminologia é uma construção moderna, verificada a partir do século XX.
- B** A criminologia é uma ciência normativa e valorativa que se baseia, precipuamente, nas normas jurídicas positivas.
- C** Os levantamentos estatísticos e a análise de dados que estabelecem a dinâmica e as variáveis do delito, entre outros elementos, caracterizam o método empírico da criminologia.
- D** A criminologia é uma ciência predominantemente parcial e de caráter desfragmentado e permanente.
- E** O método lógico abstrato ou dedutivo é utilizado para a definição do delinquente e as causas de sua conduta.

Questão 75

A interdisciplinaridade é intrínseca à natureza da criminologia. Dessa forma, a ciência que se afasta do estudo da criminologia é a

- A** biologia.
- B** hermenêutica dogmática.
- C** psicologia.
- D** estatística.
- E** sociologia.

Questão 76

A primeira teoria sociológica que fixou o entendimento de que o crime é produto da desorganização própria da grande cidade, onde se debilita o controle social e se deterioram as relações humanas, foi a

- A** ecológica.
- B** estrutural-funcionalista.
- C** da anomia.
- D** conflitual marxista.
- E** do conflito social.

Questão 77

Considerando que, para a criminologia, o delito é um grave problema social, que deve ser enfrentado por meio de medidas preventivas, assinale a opção correta acerca da prevenção do delito sob o aspecto criminológico.

- A** A transferência da administração das escolas públicas para organizações sociais sem fins lucrativos, com a finalidade de melhorar o ensino público do Estado, é uma das formas de prevenção terciária do delito.
- B** O aumento do desemprego no Brasil incrementa o risco das atividades delitivas, uma vez que o trabalho, como prevenção secundária do crime, é um elemento dissuasório, que opera no processo motivacional do infrator.
- C** A prevenção primária do delito é a menos eficaz no combate à criminalidade, uma vez que opera, etiologicamente, sobre pessoas determinadas por meio de medidas dissuasórias e a curto prazo, dispensando prestações sociais.
- D** Em caso de a Força Nacional de Segurança Pública apoiar e supervisionar as atividades policiais de investigação de determinado estado, devido ao grande número de homicídios não solucionados na capital do referido estado, essa iniciativa consistirá diretamente na prevenção terciária do delito.
- E** A prevenção terciária do crime consiste no conjunto de ações reabilitadoras e dissuasórias atuantes sobre o apenado encarcerado, na tentativa de se evitar a reincidência.

Questão 78

<https://www.camara.leg.br> > noticias

Debatedores divergem sobre endurecimento da legislação penal no combate à criminalidade - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
06/07/2021

<https://www.camara.leg.br> > noticias

CCJ aprova relatório que propõe penas mais rigorosas para

crimes - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
30 sept. 2021

<https://www.camara.leg.br> > noticias

Grupo sobre projeto anticrime aumenta para 40 anos tempo máximo de cumprimento de pena - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados
22 août 2019

As notícias cujos títulos são apresentados acima tratam do recrudescimento da legislação penal brasileira nos últimos anos. Acerca da criminologia, das penas e dos modelos de reação ao crime, assinale a opção **correta**.

- A** Iniciativas legislativas de agravamento de penas estão relacionadas ao modelo restaurador de reação ao crime segundo o qual o mal causado pelo criminoso deve ser proporcionalmente retribuído pela pena.
- B** A transação penal e a composição civil, instituídos previstos na Lei n.º 9.099/1995, que regula os juizados especiais, têm um caráter conciliatório, consoante com o modelo clássico de reação ao crime.
- C** O Direito Penal centrado na pessoa do infrator reflete o pensamento de Claus Roxin na chamada Terceira Via do Direito.
- D** O recrudescimento penal como resposta a um clamor por justiça resulta na edição de leis penais simbólicas que são editadas para reduzir tensões sociais, mas que, à falta de respaldo da ciência criminal, não garantem uma efetiva prevenção do crime.
- E** Leis penais mais severas previnem o crime na mesma proporção que a certeza da punição, noção essa que tem origem em estudos do século XVIII de Cesare Bonesana.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**Questão 79**

O início da personalidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado ocorre, respectivamente, com

- A** o nascimento com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- B** o registro civil do nascido com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- C** a concepção do nascituro e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- D** o registro civil do nascido com vida e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- E** a concepção do nascituro e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

Questão 80

Acerca dos direitos fundamentais, à luz do direito civilista, assinale a opção **correta**.

- A** De acordo com Código Civil Brasileiro, seja qual for a circunstância, cada pessoa tem a liberdade para dispor do próprio corpo do modo que bem desejar, tanto por meio de mutilações quanto por qualquer forma de diminuição permanente da integridade física.
- B** Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis e poderão ser transmitidos, caso o seu exercício sofra limitação voluntária.
- C** Os direitos da personalidade são direitos essenciais à dignidade e integridade e dependem da capacidade civil da pessoa, podendo ser citados os direitos a vida, liberdade, privacidade e intimidade.
- D** Abstratamente, os direitos fundamentais, entre os quais o direito da personalidade, sempre terão grau de importância entre si, independentemente da análise do caso em concreto.
- E** Ao tratar da proteção à integridade física e do direito ao próprio corpo, o Código Civil Brasileiro traz a possibilidade de recusa em submeter-se a tratamento ou intervenção médica em

situações em que o procedimento demonstre risco à vida da pessoa.

▼ Questão 81

Carlos abalrou o veículo de Lúcia no dia 15 de maio de 2018. Durante as tratativas para o pagamento dos prejuízos, eles apaixonaram-se e casaram-se após dois meses do evento danoso. Após três anos de casamento e o nascimento de um filho, a relação desgastou-se e eles resolveram se divorciar consensualmente. Inconformada com o término da relação conjugal, Lúcia ajuizou ação condenatória contra Carlos no dia 16 de setembro de 2021, para se ressarcir dos prejuízos decorrentes do acidente, que a deixaram sem ter como se locomover para o trabalho. Em contestação, o demandado se defendeu alegando a ocorrência de prescrição.

Nessa situação hipotética, à luz do Código Civil, na data de ajuizamento da ação por Lúcia,

- A a pretensão autoral condenatória encontrava-se fulminada pela prescrição.
- B a pretensão autoral condenatória encontrava-se alcançada pela decadência.
- C a ocorrência de prescrição ou decadência estaria sujeita a decisão homologatória proferida perante a vara de família.
- D não haveria que se falar em prescrição ou decadência, por se tratar de relação conjugal em que houve o nascimento de prole.
- E a pretensão autoral condenatória deduzida contra o demandado não se encontrava prescrita.

▼ Questão 82

De acordo com o Código Civil, responderá, em caso de reparação civil, o

- A agente público, objetivamente, se nessa qualidade causar acidente fatal.
- B indivíduo que, gratuitamente, participar nos produtos do crime, até o valor concorrente.
- C patrão por ato de seu empregado, desde que fique provada a culpa *in vigilando* ou *in eligendo*.
- D pai, objetivamente, pelos danos que forem causados pelo filho menor, ressalvado o direito de ação regressiva daquele contra este.
- E hospital, objetivamente, pela morte de paciente aos cuidados de médico-empregado, independentemente de culpa deste.

▼ Questão 83

De acordo com a LINDB, no tocante ao fenômeno da reprivatização, salvo disposição em contrário, a lei

- A nova que estabeleça disposições gerais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.
- B revogada voltará a vigorar se a lei que a revogou for declarada inconstitucional em controle difuso.
- C revogada não se restaurará se a lei revogadora perder a vigência.
- D nova que estabeleça disposições especiais a respeito de outras já existentes não revogará leis anteriores.
- E nova revogará a anterior se regular inteiramente a mesma matéria.

▼ Questão 84

Ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando não a conhecer, em razão do princípio do(a)

- A territorialidade.
- B transparência.
- C isonomia.
- D obrigatoriedade.
- E necessidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

▼ Questão 85

Considerando a teoria geral do processo, as fontes do direito processual, o sistema de justiça multipartidas, os meios alternativos de solução de conflitos e a jurisdição, assinale a opção **correta**.

- A O exercício das atividades jurisdicionais é exclusivo do Poder Judiciário.
- B O escopo político da jurisdição é a pacificação de sujeitos ou de grupos em litígio, mediante a solução de seus conflitos.
- C São consideradas fontes da norma processual, entre outras, os negócios jurídicos processuais.
- D A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos entre entes públicos, vedada a admissibilidade dos pedidos de solução de conflitos entre entes públicos e particulares.
- E Os conciliadores atuarão, preferencialmente, nos processos judiciais em que houver prévio vínculo com as partes, podendo sugerir soluções para o litígio.

▼ Questão 86

Os pressupostos necessários para postular em juízo, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC), incluem

- I interesse.
- II legitimidade.
- III possibilidade jurídica do pedido.
- IV capacidade.
- V boa-fé.

Estão **certos** apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

▼ Questão 87

Determinado indivíduo ajuizou ação de responsabilidade civil do Estado e, em sua petição inicial, narrou situação de erro médico ocorrido em determinado hospital público do estado da Paraíba. Em sua defesa, o referido ente federativo argumentou que a cirurgia ocorrera em outro estado da Federação, motivo pelo qual requereu que fosse reconhecida sua ilegitimidade passiva. Ao apreciar a preliminar suscitada, o magistrado considerou que a legitimidade das partes deve ser aferida de acordo com as alegações deduzidas, em tese, na petição inicial, motivo pelo qual rejeitou o argumento de carência da ação.

Nessa situação hipotética, ao proceder dessa forma no exame da legitimidade das partes, o magistrado adotou a denominada teoria

- A da exposição.
- B da verossimilhança preponderante.
- C imanentista.
- D da asserção.
- E do isolamento dos atos processuais.

▼ Questão 88

A respeito de ação e preclusão, assinale a opção correta.

- A A consequência processual da inobservância dos prazos impróprios aplica-se a todos os atos processuais, incluído o efeito preclusivo.
- B De acordo com a doutrina, constitui ação cognitiva de natureza constitutiva aquela que, além de apresentar um conteúdo declaratório, também cria, modifica ou extingue um estado ou uma relação jurídica.
- C Em uma relação processual, a legitimidade ativa e a passiva são, exclusiva e respectivamente, daquele que sofre a ameaça ou lesão a um direito e daquele que ameaça ou pratica o ato ofensivo.
- D Sempre que a parte deixar de praticar determinado ato processual dentro do prazo estipulado pelas partes, pelo juízo ou por lei, ficará caracterizada a preclusão consumativa.

Questão 89

A Fazenda Pública do Estado do Espírito Santo propôs, em face de empresa com a qual firmara contrato de prestação de serviços, ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória cumulada com reparação de danos materiais. O juízo de origem concedeu os efeitos da tutela e determinou que a requerida cumprisse a obrigação no prazo de 90 dias, sob pena de pagamento de multa de R\$ 5.000 por dia de atraso. A requerida agravou dessa decisão, mas não obteve efeito suspensivo.

Nessa situação hipotética,

- A** apenas a multa pelos dias de atraso pode ser objeto de imediata execução, haja vista que não se admite execução provisória nas obrigações de fazer.
- B** nem a multa pelos dias de atraso nem a obrigação de fazer poderão ser executadas antes do trânsito em julgado da tutela definitiva.
- C** apenas a obrigação de fazer pode ser objeto de imediata execução, haja vista que a multa pelos dias de atraso somente poderá ser objeto de execução definitiva.
- D** tanto a multa pelos dias de atraso quanto a obrigação de fazer somente poderão ser executadas após o julgamento do agravo e desde que este seja desprovido.
- E** transcorrido o prazo especificado na decisão que concedeu a tutela provisória sem que a requerida tenha cumprido a obrigação, o juiz poderá autorizar que esta seja cumprida por terceiros, às expensas da requerida.

Questão 90

Alexandre possui contrato de plano de saúde com uma empresa e, em razão da negativa de autorização para realização de determinada cirurgia, ajuizou ação contra ela.

Em sua petição inicial, deduziu pedido único principal objetivando a referida autorização e requereu a concessão de tutela provisória de urgência satisfativa, em caráter incidental. O juiz concedeu a tutela provisória, determinando seu cumprimento imediato.

Realizada a cirurgia, foi marcada audiência inicial de conciliação, oportunidade em que o autor apresentou pedido de desistência da ação, sob o argumento de que houvera perda de objeto. Por esse motivo, o magistrado prolatou sentença terminativa, sem resolução de mérito. Posteriormente, a empresa apresentou, no mesmo processo, pedido de ressarcimento referente ao valor gasto com a cirurgia.

Nessa situação hipotética, a empresa

- A** tem direito ao ressarcimento pleiteado: a responsabilidade do autor pelo prejuízo do réu é de natureza objetiva e, se possível, a indenização deverá ser liquidada no processo em que a medida havia sido concedida.
- B** tem direito ao ressarcimento pleiteado: a responsabilidade do autor pelo prejuízo do réu é de natureza subjetiva e, se possível, a indenização deverá ser liquidada no processo em que a medida havia sido concedida.
- C** tem direito ao ressarcimento pleiteado: a responsabilidade do autor pelo prejuízo do réu é de natureza objetiva, sendo vedada a cobrança da indenização no mesmo processo em que a medida havia sido concedida.
- D** tem direito ao ressarcimento pleiteado: a responsabilidade do autor pelo prejuízo do réu é de natureza subjetiva, sendo vedada a cobrança da indenização no mesmo processo em que a medida havia sido concedida.
- E** não tem direito ao ressarcimento, porque somente existiria responsabilidade do autor se tivesse sido prolatada sentença de mérito pela improcedência do pedido.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 91**

Acerca das contribuições de intervenção no domínio econômico previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que

- A** elas não podem incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- B** elas podem ter alíquotas *ad valorem* cuja base seja o faturamento.
- C** a cobrança de uma hipotética contribuição de intervenção no domínio econômico criada por lei publicada em maio de 2022 poderia ser iniciada noventa dias após a publicação dessa lei.
- D** lei complementar deve instituí-las e discipliná-las.
- E** elas podem incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

Questão 92

Considerando o que dispõe o CTN, assinale a opção correta a respeito das obrigações tributárias.

- A** A obrigação tributária surge apenas com a ocorrência da hipótese de incidência do tributo.
- B** A obrigação acessória é convertida em obrigação principal na hipótese de sua inobservância.
- C** O fato gerador deve ser o mesmo tanto para a obrigação principal quanto para a obrigação acessória.
- D** O sujeito ativo da obrigação acessória é denominado responsável tributário.
- E** Uma vez modificado o crédito tributário, deve ser igualmente alterada a obrigação tributária dele originada.

Questão 93

O particular que, conjuntamente com um funcionário público, sabendo da condição deste, patrocina diretamente interesse privado perante a administração fazendária pratica

- A** advocacia administrativa.
- B** tráfico de influência.
- C** conduta atípica.
- D** crime previsto na Lei n.º 8.137/1990.
- E** prevaricação.

Questão 94

Pedro, contribuinte do ICMS, omitiu a venda de certas mercadorias na declaração prestada ao fisco, referente ao lançamento desse tributo. Dessa forma, deixou de recolher o ICMS devido no prazo legal.

Efetuada o lançamento definitivo do tributo, permanecendo Pedro inadimplente, o auditor responsável elaborou uma representação fiscal para fins penais, enquadrando a conduta de Pedro como crime contra a ordem tributária, previsto na legislação pertinente (Lei n.º 8.137/1990).

Em sua defesa, Pedro alegou a inconstitucionalidade da referida normativa, sustentando que a CF veda a prisão por dívida, com a única exceção do devedor de alimentos.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência do STF, o argumento de defesa apresentado por Pedro é

- A** apropriado, já que a CF se opõe à criminalização do contribuinte pela simples omissão de rendimentos.
- B** adequado, pois a CF proíbe a aplicação de pena de prisão a mero inadimplemento cível, a ser cobrado mediante execução fiscal.
- C** inconsistente, em razão da constitucionalidade da Lei n.º 8.137/1990, que prevê a prisão apenas por crimes materiais.
- D** inconsistente, em razão da constitucionalidade da Lei n.º 8.137/1990, que autoriza a prisão pela natureza penal dos crimes contra a ordem tributária, não sendo esse fato hipótese de prisão civil por dívida.
- E** adequado, uma vez que a CF veda a prisão criminal por dívida, mesmo que esta seja oriunda de não pagamento de tributo.

Questão 95

Considere os seguintes atos, praticados com o objetivo de suprimir tributo:

- 1) Marcelo prestou declaração falsa às autoridades fazendárias;
- 2) Hélio negou-se a emitir, quando isso era obrigatório, nota fiscal relativa a venda de determinada mercadoria;
- 3) Joel deixou de fornecer nota fiscal relativa a prestação de serviço efetivamente realizado.

Nessas situações, conforme a Lei n.º 8.137/1990 e o entendimento do STF, para que o ato praticado tipifique crime material contra a ordem tributária, será necessário o prévio lançamento definitivo do tributo em relação a

- A** Hélio e Joel.
- B** Marcelo apenas.
- C** Hélio apenas.
- D** Joel apenas.
- E** Hélio, Marcelo e Joel.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 96**

Assinale a opção que apresenta categoria de unidade de conservação que integra o grupo das unidades de uso sustentável.

- A** estação ecológica
- B** reserva biológica
- C** floresta nacional
- D** parque nacional
- E** refúgio da vida silvestre

Questão 97

A área protegida possuidora ou não de vegetação nativa com o intuito de, além de garantir o bem-estar da população humana, preservar também a biodiversidade, a paisagem, os recursos hídricos e a estabilidade geológica, bem como assegurar a proteção do solo e facilitar o fluxo gênico da fauna e da flora, é denominada

- A** reserva biológica.
- B** reserva particular do patrimônio nacional.
- C** área de preservação permanente.
- D** reserva legal.
- E** área de proteção ambiental.

Questão 98

Desde 2015, Maria detinha a posse de uma área que mede 2.000 hectares, localizada na unidade de conservação denominada Floresta Nacional de Altamira, criada em 2/2/1998. Ao longo dos últimos anos, Maria fez muitas benfeitorias nessa área, explorando no local a pecuária bovina. Recentemente, um grupo de aproximadamente 50 pessoas, usando da força, invadiu a referida área, causando danos materiais. Maria, então, ajuizou ação de reintegração de posse no juízo da Vara Agrária de Altamira – PA.

Considerando o caso hipotético apresentado e as disposições da Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, julgue os itens a seguir.

I As florestas nacionais, como áreas de coberturas florestais de espécies predominantemente nativas, são de posse e domínio públicos, devendo ser desapropriadas as áreas particulares nelas incluídas.

II No caso apresentado, a liminar de reintegração de posse deve ser deferida, considerando-se a comprovada posse mansa e pacífica anterior ao esbulho.

III Na demarcação de qualquer unidade de conservação, deve-se considerar o estabelecimento de corredores ecológicos e de zonas de amortecimento.

Assinale a opção **correta**.

- A** Apenas o item **I** está certo.
- B** Apenas o item **II** está certo.
- C** Apenas os itens **I** e **III** estão certos.
- D** Apenas os itens **II** e **III** estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 99

Foi constatado que um fazendeiro estava impedindo a regeneração natural de florestas em área de preservação permanente na sua propriedade rural, por pretender manter a área como pasto.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação pertinente,

- A** a autoridade ambiental que constatou a infração deve promover sua apuração imediata, sob pena de corresponsabilização.
- B** a conduta configura infração administrativa, mas não configura crime.
- C** a responsabilização será objetiva em todas as esferas cabíveis.
- D** caberá à autoridade policial que constatou a conduta lavrar o auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo.
- E** inexistente hipótese de reparação civil, haja vista que a terra da propriedade rural pertence ao próprio infrator.

Questão 100

O órgão ambiental competente para editar normas que estabelecem parâmetros para o cumprimento da legislação ambiental meramente revogou, sem substituição ou atualização, ato normativo que disciplina, além do procedimento para licenciamento ambiental de determinada atividade potencialmente poluidora, parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

I De acordo com entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, o poder normativo de órgão ambiental competente para a edição de normas dessa natureza é amplo, logo ele detém plena autonomia para a revogação de atos normativos, sem necessidade de substituição ou atualização.

II Enquanto não for editado ato normativo em substituição, a atividade que era objeto do ato revogado poderá ser livremente realizada, independentemente de licenciamento ambiental, e as áreas de preservação permanente antes delimitadas deixam de ser assim consideradas.

III De acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, a mera revogação do ato normativo, sem substituição ou atualização, se resultar em anomia ou descontrole regulatório, viola o princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

IV A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente poderá ocorrer nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas no Código Florestal.

Estão **certos** apenas os itens

- A** **I** e **II**.
- B** **II** e **III**.
- C** **III** e **IV**.
- D** **I**, **II** e **IV**.
- E** **I**, **III** e **IV**.